



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)**

Ata da Reunião GAEPE – 29.01.21

(22ª Reunião)

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: o **Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Paulo Curi Neto**, representando esta Egrégia Corte de Contas; a **Excelentíssima Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas (MPC/RO) Ivonete Fontinelle**; o **Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Titular - Promotoria de Educação de Porto Velho/RO (MPE/RO), Alexandre Jesus de Queiroz Santiago**; o **Excelentíssimo senhor Desembargador Isaiás Fonseca Moraes**, representante do Tribunal de Justiça (TJ/RO); o **Excelentíssimo senhor Defensor Público Sérgio Muniz Neves**, representante da Defensoria Pública do Estado (DPE/RO); o **Excelentíssimo senhor Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação e Infância – GAEINF, Marcos Giovane Ártico**; a **Excelentíssima senhora Promotora de Justiça da Saúde, Emília Oiye**; o **Excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO), Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu**; o **senhor Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO), Vilson Sena de Macedo**; a **senhora coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da AGEVISA, Flávia Cerrano**; o **Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia – SINEPE/RO, Augusto Pellúcio e**; representando o Instituto Articule, a **senhora Alessandra Gotti e o senhor Ismar Barbosa da Cruz**, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições relacionados ao tema do ensino remoto.

1) O que foi discutido

A Dra. ALESSANDRA inicia a 22ª reunião, primeira do ano de 2021, explanando sobre os objetivos e alinhamentos de pauta feito nesses meses pelo GAEPE. Destaca que são muitos os desafios no contexto da pandemia, o que exigirá uma centralização do grupo nos esforços referente ao fortalecimento do regime de colaboração do Estado com os municípios, para a retomada das aulas presenciais. Tão logo a pandemia cesse, o grupo volta-se na discussão dos problemas estruturais da educação em Rondônia, fazendo uma transição do termo “Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação” para “Gabinete de Articulação para Efetividade da Política Educacional”, transformando-o numa ação permanente. Lembrou-se, ainda, de todos os avanços alcançados pelo gabinete, sendo passada a palavra para o Sr. Massud para apresentação do Relatório de Atividades do GAEPE de 2020.

Sr. MASSUD compartilha a tela para apresentação do Relatório, destacando o cronograma que expressa a linha do tempo do GAEPE, uma síntese das conquistas no ano de 2020. Ainda, informa a construção de um hotsite que será “alimentado” conforme as ações do gabinete.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

A Dra. ALESSANDRA então dispõe a ordem do dia: a retomada da discussão referente a conectividade, a ampliação do apoio do Estado aos municípios; o fortalecimento da intersectorialidade relacionado à educação, saúde e assistência social, e a vacinação dos profissionais da educação; e as estratégias da Busca Ativa Escolar.

Antes de começar os debates a respeito dessas pautas, a Dra. ALESSANDRA inicia uma deliberação pontuando a questão da participação do Sindicato dos Professores e de um grupo de pais articulados para o retorno das aulas presenciais na reunião do GAEPE. Não há pontuações contra essa participação, havendo apenas o apontamento dessas presenças em assuntos pertinentes a eles, como o retorno presencial das aulas, pois amplia a informação e dá maior visibilidade às discussões ocorridas.

O Dr. MARCOS destaca que há a necessidade de se avançar na questão da essencialidade da educação, transformá-la em um serviço essencial para a comunidade por meio dos decretos. Aponta se há a possibilidade da flexibilização das fases nos municípios, com o intuito de permitir o retorno das atividades educacionais no sistema híbrido quando a cidade encontrar-se na fase 3 ou outra.

A Dra. FLÁVIA pede para se manifestar e faz uma colocação quanto a vacina e sobre as últimas informações relacionadas ao vírus. Os professores já estão como prioritários no cronograma, mas ainda não se possui a disponibilidade de vacinas que gostariam de ter. Por isso, no plano nacional, eles se encontram na chamada 4ª fase de prioridade para vacinação. O que poderia ser ajustado, e será levado a AGEVISA, é o adiantamento dessa fase. Entretanto, afirma que não se pode esperar a vacinação para que a educação retorne. Manter a cautela nas atividades, mas não permitir que outras atividades sejam admitidas como essenciais e as escolas não.

A Dra. ALESSANDRA vem trazendo que, no plano de vacinação nacional, o grupo dos professores está enquadrado no grupo prioritário na 3ª fase, junto também com os caminhoneiros, e na última versão do plano não há mais datas para a realização da vacinação, o que anteriormente estava programado para o mês de abril. Traz para deliberação a elaboração de uma nota técnica para enfatizar a importância dessa priorização dos professores e demais profissionais da educação, sem condicionar o retorno das aulas com a vacinação.

O Presidente PAULO pergunta se tem representantes da Casa Civil no encontro, a fim de marcar uma reunião com eles, sem prejuízo da elaboração da nota técnica. O Secretário Suamy se dispõe a levar a causa e marcar uma audiência com os representantes da Casa Civil, informando-os que ficou acordado no GAEPE que precisam se reunir com a Casa Civil para deliberar sobre algumas possibilidades e dinâmicas a serem adotadas, sendo visado dois pontos: a priorização da vacina aos profissionais da educação e a flexibilização/alteração da essencialidade do retorno gradual às aulas, visto que em 2020 algumas cidades estavam em fase para o retorno das aulas, mas não retornaram. A Sra. BRUNA BARROS, presente na reunião, se manifesta para dizer que está representando a Casa Civil, e que vai verificar junto com o Secretário os pontos destacados.

O Sr. WILSON, como Presidente da UNDIME, exhibe o *banner* feito para a campanha de priorização da vacinação dos profissionais da educação. Além disso, pontua que a questão do ensino híbrido deve ser bastante discutida, pois a conectividade ainda é um problema. Aproveita para indicar os resultados de uma pesquisa com os municípios, sendo que, referente ao ponto sobre o retorno, 37 dos 52 municípios responderam: 28



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

retornarão na forma remota em fevereiro, seguindo o calendário; 2 retornarão em março; 1 em abril; e 6 não possuem previsão. Ainda, pontuou sobre o Busca Ativa, pois vem sendo uma das prioridades da UNDIME.

A Sra. ZENILDA, Secretária do município de Cerejeiras, se manifesta a respeito do ensino híbrido na comarca, onde os professores irão às salas nas escolas para dar a aula de forma remota, sendo disponibilizado computadores e internet para o uso deles. Quanto aos alunos que não poderão ser alcançados dessa forma, pretende-se fazer um encaminhamento do professor ao aluno, com todos os cuidados necessários.

Para finalizar o tópico da intersetorialidade entre saúde e educação, a Dra. ALESSANDRA pede a participação da Dra. Emília e algum representante da COSEMS, para discussão sobre a estratégia de referenciamento das escolas por cada UBS. O Dr. Marcos informa que a Dra. Emília não pôde comparecer na reunião de hoje. Propõe-se o adiamento para a próxima reunião, o que é acolhido.

A prof.^a RITA PAULON, de São Paulo, traz um ponto referente ao retorno às aulas: em que medida os protocolos e cuidados serão devidamente empregados nas redes de ensino municipal e estadual, se serão rigorosamente aplicados, vez que na rede privada há mais segurança quanto ao cumprimento das medidas. A Dra. Alessandra explana que há um levantamento, feito pelo TC e pelo MP, para identificar o grau de preparo dos municípios para retomada das aulas presenciais e garantir um retorno seguro. Em decorrência disso, vem sendo fortalecido o regime de colaboração entre Estado e municípios, para apoio na estruturação municipal dos protocolos e tudo quanto for necessário para sua implementação. A prof.^a Rita se manifesta novamente para esclarecer que não se trata apenas da aquisição dos materiais necessários, mas toda a estrutura oferecida para dar conta do recebimento dos alunos e professores de forma segura.

A dra. ALESSANDRA destaca que esse ponto trazido pela Prof.^a Rita é muito importante, e que será discutido novamente no GAEPE. Acrescenta ainda que é sugerido, nos GAEPEs dos outros Estados, um monitoramento de implantação dos protocolos com várias vertentes, como a biossegurança, o acolhimento, os aspectos pedagógicos, etc.

Finalizado esse ponto da pauta, é passado ao próximo, a respeito da conectividade, sendo dada a palavra ao Secretário Suamy, para atualização sobre o processo de envio dos EPI's, e sobre o potencial apoio aos municípios para ampliação da conectividade, sem prejuízo da discussão a respeito da identificação dos gargalos dos municípios que mais tem problemas com equipamentos e com a conectividade.

O Sec. SUAMY cumprimenta a todos e informa que estão aguardando o recebimento de todo o material para começar a distribuição. A diretoria administrativa financeira começou a disponibilizar para diversos municípios o álcool gel 70. Uma dificuldade diz respeito ao transporte escolar, pois não conseguiram adquirir todos os ônibus que precisavam. Entretanto, afirmou que tinham à disposição um quantitativo que começará a ser disponibilizado e transferido para os municípios. Trouxe o Sr. Vanderlei F. Leite para apresentação sobre o assunto da conectividade.

Sr. VANDERLEI dispõe sobre a conectividade da SEDUC que, hoje, atende 72 escolas dos municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari e Ariquemes por fibra óptica, fora as escolas conveniadas, e mais 165 escolas através do contrato com operadora. Essas 72 escolas contam com a rede da INFOVIA Rondônia, fornecida pelo governo do Estado, sendo colocados aparelhos de conectividade *wi-fi* (redes sem fio) dentro dos prédios das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

escolas para alunos, professores e grupo técnico. Com relação às outras escolas, encontram-se em um processo de aquisição de equipamentos e de infraestrutura lógica e elétrica para todas as escolas estaduais. Do total que não é atendido pela rede do Estado, são 165 escolas com conexão fibra e/ou contrato com a operadora. Desse quantitativo, tem-se um contrato suspenso com fornecimento de internet via satélite por não ter empresa que atendesse o Estado inteiro, sendo difícil o gerenciamento de 52 contratos de internet via rádio.

Informou que foi feita uma ata de registro de preço para atender 226 escolas, inclusive algumas com convênio para mediação tecnológica que pertence ao município, e neste contrato tinha não só a disponibilização da internet via satélite para um ponto da escola, mas para *wi-fi*, o que atenderia a zona rural - distritos que a operadora não atende - e os povos indígenas. Importante destacar que foram iniciados estudos, caso não se consiga seguir pelo contrato via satélite, para atender o máximo possível de escolas com um *link* ainda maior, objetivando ampliar as conexões já existentes.

Ainda, tem-se um processo de pregão eletrônico para republicação visando a contratação de planejamento de equipamentos de rede e outros, e para refazer a estrutura lógica e elétrica dos laboratórios, o que tem se tornado a prioridade. A SEDUC possui mais de 3 mil computadores já adquiridos, e para março ou abril prevê a chegada de um pouco mais de 2 mil computadores para renovar o que se tem nas escolas, já que os existentes são antigos e encontram-se sucateados. A ideia é substituir os laboratórios e fazer uma ampliação das escolas onde não tem laboratórios de informática.

A Dra. ALESSANDRA pergunta se tudo isso a ser disponibilizado será a respeito das escolas municipais e estaduais. O sr. Vanderlei responde que o contrato suspenso com internet via satélite atenderia as escolas municipais do campo. O Secretário Suamy reforça que o Estado não possui documentos de escolas no campo, e tem crescido muito agora com essa aproximação entre os SEDUC, UNDIME, Conselhos e outros, o conhecimento a respeito delas, e que tem-se construído refeitórios nas mesmas, já pensando nas duas instituições de ensino: estadual e municipal. Os computadores a serem disponibilizados e distribuídos no Estado, como apontado pelo Sr. Vanderlei, ainda não foram distribuídos em razão das escolas estarem vazias. Ainda, acrescentou que todas as informações passadas serão sistematizadas em um documento para divulgação ao grupo.

O Sr. VILSON destaca, sobre o regime de colaboração do Estado, a ajuda aos municípios na construção de salas de aula, principalmente na zona rural, nos ensinos médio e nas mediações tecnológicas. Sobre a conectividade, as escolas municipais e rurais têm acesso a internet por meio das mediações tecnológicas, mas o grande problema é a qualidade da internet, sendo outra dificuldade o contato com as famílias, como colocado pela Secretária Ceíça, fora a questão de não haver equipamentos tecnológicos. O ensino híbrido é essencial, mas ainda há desafios a serem enfrentados.

A Dra. ALESSANDRA propõe para o Sr. Vilson a realização de um levantamento, por meio de um questionário, mais preciso sobre os pontos dos municípios para apoio referente a conectividade e sua ampliação, pois reuniria informações sobre os casos mais críticos para se buscar, a partir disso, respostas e soluções. O sr. Vilson se compromete com a sua elaboração, e que será apresentado na próxima reunião. A dra. Alessandra, ainda, disponibiliza um questionário feito em Goiás, para servir de modelo, e ser repassado, com as alterações que acharem devidas, para esse levantamento com os municípios.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

A Dra. ADRISSA inicia o último ponto da pauta, falando sobre o plano de trabalho conjunto do TC com o MP, no que diz respeito a Busca Ativa Escolar. São pontos trazidos: um feedback da participação do TC na Webconferência ocorrida no dia 21/01 sobre a Busca Ativa Escolar; um feedback sobre as atividades relacionadas ao plano de trabalho conjunto, sendo dado destaque a atualização da formalização desse plano de trabalho; o compartilhamento de uma proposta de atividade que a equipe técnica do TC e do MP vai expor ao GAEPE; e falar um pouco sobre uma atividade de aproximação entre as equipes técnicas do TC e do MP com a equipe técnica da SEDUC.

Sobre a formalização do plano de trabalho conjunto para ação da busca ativa escolar, o processo se encontra no TC, já analisado pela secretaria de licitações e contratos, aguardando confirmações do MP sobre quais servidores ficarão responsáveis por acompanhar as atividades relacionadas a ele. Após formalizado, será divulgado ao público interno e externo esse trabalho e seus objetivos. A Dra. ALESSANDRA pergunta se, após esse período de matrículas nas redes estadual e municipal, com os dados colhidos, as faltas apresentadas serviriam de base para essa ação. A Dra. Adrissa responde que, como ainda estão no início da readesão dos municípios, a Busca Ativa Escolar não tem um ponto específico de atuação por enquanto, pois estão pensando no trabalho por fases.

Nessa primeira fase, o foco de atuação estará no engajamento da readesão dos municípios rondonienses à Busca Ativa Escolar. Segundo a Unicef, também participante desta ação, o estágio de readesão se constitui de duas etapas subsequentes: 1ª à confirmação formal da readesão pelo prefeito, feita via e-mail, encaminhado pelo Unicef após o cadastramento desse gestor na plataforma; 2ª a inclusão do recadastramento ou cadastramento das novas equipes que vão operacionalizar a plataforma. Ou seja, antes de aprofundar um trabalho no funcionamento da estratégia, tem-se primeiro que garantir a participação de todos os municípios. Foi pedido a Unicef uma lista de como os municípios de Rondônia estão nessa readesão, e foi informado que 22 municípios já haviam readerido a estratégia. Entretanto, dessas cidades, 17 só fizeram a primeira etapa, que diz respeito a confirmação dos prefeitos a readesão. Não foi configurada a plataforma com as equipes que vão dar andamento a estratégia. Apenas 5 municípios concluíram todas as etapas dessa primeira fase de readesão.

Em vista desse cenário, após discussões entre as equipes técnicas do TC, do MP e do Unicef, definiu-se como primeira estratégia de atuação a elaboração de um documento técnico sobre o estágio de readesão dos municípios rondonienses a estratégia da busca ativa, mostrando a importância do planejamento das ações de combate a evasão e ao abandono escolar. Importante destacar que não se pretende fazer apenas essa ação, mas acompanhar, na medida que o GAEPE dê esse impulsionamento através da nota técnica, a readesão por parte dos municípios, para saber em que medida essa atuação vem sendo efetiva. Ainda, foi acordado que o Unicef informará semanalmente sobre a readesão dos municípios, gerando, assim, “evidências” do trabalho realizado.

Finalizando, propõe uma aproximação das equipes técnicas do TC e do MP com as equipes técnicas da SEDUC, para entender melhor a sistematização, a operacionalização das estratégias e as dificuldades que vêm surgindo, para assim poderem elaborar um plano operacional do plano de trabalho conjunto que atendam às necessidades deles.

A Dra. ALESSANDRA se manifesta no sentido de que seria de grande valia a elaboração de uma nota técnica pelo GAEPE para os gestores dos municípios, para chamar a atenção para esse assunto tão importante que é a Busca Ativa. A dra. Adrissa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

traz o ponto de não fazer dessa ação pela participação no Busca Ativa algo impositivo, mas procurar ajudá-los num sistema colaborativo. Ela se compromete a elaboração da nota técnica a ser apresentada na próxima reunião.

A Dra. ALESSANDRA encerra a reunião agradecendo a todos, e informando um ponto para a pauta no mês de abril, referente a alfabetização na idade certa no Estado de Rondônia.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. Discussão sobre a retomada das aulas presenciais, com a participação dos sindicatos dos professores e representantes da sociedade civil;
2. Apresentação de Nota Técnica ao GAEPE-RO com respeito à defesa da priorização da vacinação dos professores;
3. Validação do questionário a ser enviado acerca da conectividade, para identificar as dificuldades dos professores com relação à internet e equipamentos.

Ficou marcada nova reunião para o dia 12.02.21, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo, Matrícula n. 504. O referido é verdade e dou fé.